VEIRANO ADVOGADOS	MEDIDAS PARA O ENFRETAMENTO DO COVID-19 COM IMPACTO TRIBUTÁRIO E ADUANEIRO						
MEDIDA	**ATO**	**RESUMO**	**PUBLICAÇÃO**	**VIGÊNCIA**	**OBSERVAÇÕES**	**ÍNTEGRA**	
TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA EXTAORDINÁRIA	**Portaria PGFN nº 7.820/2020 Portaria ME nº 103/2020**	Disciplina os procedimentos, os requisitos e as condições necessárias à realização da transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União	18/03/2020	Desde a data da publicação	Benefícios: pagamento de entrada de 1% do valor total dos débitos a serem transacionados, divididos em até 3 parcelas iguais e sucessivas; parcelamento do restante da dívida em até 81 meses, sendo em até 97 meses na hipótese de contribuinte pessoa natural, empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte; diferimento do pagamento da primeira parcela do referido parcelamento para o último dia útil do mês de junho de 2020.	**Leia a íntegra do ato**	
SUSPENSÃO DE PRAZOS E DE ATOS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA	**Portaria PGFN nº 7.821/2020 Portaria ME nº 103/2020**	Prorroga prazos administrativos e atos de cobrança por 90 dias	18/03/2020	90 dias contados da data da publicação	Suspensões de prazo de impugnação e de recurso contra decisão proferida no âmbito do PARR; apresentação de manifestação de inconformidade e o prazo para recurso contra a decisão que a apreciar no âmbito do processo de exclusão do PERT; oferta antecipada de garantia em execução fiscal; apresentação de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita e o prazo para recurso contra a decisão que o indeferir. Suspensas também as medidas de cobrança: protesto de certidões de dívida ativa; instauração de novos Procedimentos Administrativos de Reconhecimento de Responsabilidade e de procedimentos de exclusão de contribuintes de parcelamentos por inadimplência de parcelas	**Leia a íntegra do ato**	
SIMPLIFICAÇÃO DO DESPACHO ADUANEIRO DE IMPORTAÇÃO	**Instrução Normativa RFB nº 1927/2020**	Disciplina despacho aduaneiro de importação simplificado para produtos médico-hospitalares destinados ao controle do Covid-19	18/03/2020	Até a publicação de ato normativo do Ministério da Saúde que declare o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional	Permite a entrega e a utilização de diversas mercadorias importadas antes da conclusão da conferência aduaneira, mediante autorização do responsável pelo despacho, quando destinada ao combate do Covid-19. As importações realizadas por agentes certificados pelo programa Operador Econômico Autorizado também serão incluídas no rito simplificado.	**Leia a íntegra do ato**	
ALÍQUOTA ZERO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO SOBRE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES	**Resolução Camex nº 17/2020**	Reduz temporariamente para 0% a alíquota do Imposto de Importação para 50 produtos médicos-hospitalares necessários ao controle Covid-19	18/03/2020	Até 30 de setembro de 2020	Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que exerçam atividades de licenciamento, controle ou fiscalização de importações dos referidos produtos adotem tratamento prioritário para a liberação.	**Leia a íntegra do ato e a lista de produtos**	
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DO SIMPLES NACIONAL	**Resolução CGSN nº 152/2020**	Prorroga o prazo para pagamento dos tributos federais no âmbito do Simples Nacional	18/03/2020	Desde a data da publicação	Para o período de apuração de março de 2020, a data de vencimento para o pagamento dos tributos será em 20 de outubro de 2020. Para o período de apuração de abril de 2020, a data de vencimento será 20 de novembro de 2020. E para o período de apuração de maio de 2020, a data de vencimento será 21 de dezembro de 2020.	**Leia a íntegra do ato**	

LICENÇA NÃO AUTOMÁTICA PARA EXPORTAÇÃO	**Portaria Secex nº 16/20**	Prevê necessidade de Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19 pela Subsecretaria de Operações de Comércio Exterior	19/03/2020	Desde a data da publicação	Impõe a vinculação da Licença Especial de Exportação de Produtos para o Combate do Covid-19 à Declaração Única de Exportação antes do desembaraço.	**Leia a íntegra do ato**	
ALÍQUOTA ZERO DO IPI SOBRE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES	**Decreto nº 10.285/2020**	Reduz temporariamente para 0% a alíquota do IPI sobre diversos produtos de higiene e insumos médicos utilizados no combate ao Covid-19	20/03/2020	Até 30 de setembro de 2020	Dentre os produtos beneficiados com a redução da alíquota estão o álcool etílico em volume igual ou superior a 70%, desinfetantes, máscaras faciais, oxímetros e aparelhos respiratórios.	**Leia a íntegra do ato e a lista de produtos**	
DIFERIMENTO DO RECOLHIMENTO DO FGTS	**Medida Provisória nº 927/2020**	Suspende a exigibilidade do recolhimento do FGTS pelos empregadores referente às competências de março, abril e maio de 2020	22/03/2020	Até junho de 2020	O recolhimento das competências de março, abril e maio de 2020 poderá ser realizado em até 6 parcelas mensais, sem a incidência da atualização, multa e encargos. Fica suspensa a contagem do prazo prescricional dos débitos relativos ao FGTS pelo prazo de 120 dias, contado da data da publicação da MP.	**Leia a íntegra do ato**	
SUSPENSÃO DOS PRAZOS DE ATOS PROCESSUAIS E DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS	**Portaria RFB nº 543/2020**	Suspende temporariamente os prazos processuais no âmbito da Receita Federal e alguns procedimentos administrativos	23/03/2020	Até 29 de maio de 2020	Suspensão dos seguintes procedimentos administrativos: emissão eletrônica automatizada de aviso de cobrança e intimação para pagamento de tributos; notificação de lançamento da malha fiscal da pessoa física; exclusão de contribuinte de parcelamento por inadimplência de parcelas; registro de pendência de regularização no Cadastro de Pessoas Físicas motivado por ausência de declaração; registro de inaptidão no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica motivado por ausência de declaração e a emissão eletrônica de despachos decisórios com análise de mérito em Pedidos de Restituição, Ressarcimento e Reembolso, e Declarações de Compensação.	**Leia a íntegra do ato**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES NEGATIVAS DE DÉBITOS FISCAIS	**Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 555/2020**	Prorroga por 90 dias o prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e das Certidões Positivas com Efeitos de Negativas de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União	24/03/2020	90 dias contados da data da publicação	Ficam prorrogadas as certidões válidas na data da publicação da Portaria Conjunta	**Leia a íntegra do ato**	
AMPLIAÇÃO DA LISTA DE INSUMOS COM ALÍQUOTA ZERO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	**Resolução Camex nº 22/2020; 28/2020; 31/2020; 32/2020; 33/2020; 44/2020; 51/2020; 67/2020**	Inclui 61 novos itens na lista de produtos com alíquota zero do imposto de importação.	26/03/2020	Até 30 de setembro de 2020	Inclui novos produtos médicos-hospitalares e farmacêuticos utilizados no combate e prevenção do Covid-19.	**Leia a íntegra do ato e a lista de produtos**	

REDUÇÃO DAS ALÍQUOTAS DAS CONTRIBUIÇÕES AO SISTEMA "S"	**Medida Provisória nº 932/2020**	Reduz em 50% por três meses as alíquotas das contribuições aos serviços sociais autônomos do Sistema S.	31/03/2020	30 de junho de 2020	As alíquotas temporárias são: a) Sescoop - 1,25%; b) Sesi/Sesc/ Sest - 0,75; c) Senac/Senai/Senat - 0,5%; d) Senar (folha de pagamento) - 1,25%; e) Senar (produtor rural pessoa jurídica e pela agroindústria) - 0,125%; f) Senar (produtor rural pessoa física e segurado especial) - 0,1%	**Leia a íntegra do ato**	
ALÍQUOTA ZERO DO IPI SOBRE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES	**Decreto nº 10.302/2020**	Reduz a zero a alíquota do IPI sobre produtos médicos-hospitalares.	01/04/2020	Até 30 de setembro de 2020	Os produtos beneficiados são artigos de laboratório ou de farmácia, Luvas, mitenes e semelhantes, exceto para cirurgia e termômetros clínicos.	**Leia a íntegra do ato.**	
ALÍQUOTA ZERO DO IOF SOBRE DIVERSAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	**Decreto nº 10.305/2020**	Reduz a zero a alíquota do IOF sobre diversas operações de crédito contratadas no período entre 3 de abril de 2020 e 3 de julho de 2020	02/04/2020	Até 3 de julho de 2020	Dentre as operações alcançadas pelo benefício estão o financiamento para aquisição de imóveis não residenciais, os empréstimos, sob qualquer modalidade e as operações de mútuo para pessoas físicas e jurídicas. O ato também zera a alíquota adicional do IOF de 0,38% para operações de crédito mencionadas no § 5º do art. 8º do Decreto nº 6306/2007 (Regulamento do IOF), contratadas no mesmo período.	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES DE DÉBITOS FISCAIS	**Instrução Normativa RFB nº 1932/2020**	Prorroga para julho de 2020 o prazo para apresentação das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições).	03/04/2020	Até julho de 2020	Prorrogação do prazo para apresentação das Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Fiscais Digitais da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições), que deveriam ser apresentadas nos meses de abril, maio e junho de 2020.	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENICÁRIA, DO PIS E DA COFINS	**Portaria ME nº 139/2020**	Prorroga para agosto e outubro, respectivamente, o prazo de recolhimento da contribuições previdenciárias, do PIS e da Cofins relativas as competências de março e de abril de 2020.	03/04/2020	–	As contribuições previdenciárias devidas pelo empregador (inclusive o empregador doméstico), a contribuição para o PIS/PASEP e a Cofins, relativamente às competências de março e de abril de 2020, poderão ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho e de setembro de 2020, respectivamente.	**Leia a íntegra do ato**	
ALÍQUOTA ZERO DO PIS/COFINS E DO PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO SOBRE O SULFATO DE ZINCO	**Decreto nº 10.318/2020**	Reduz a zero a alíquota do PIS e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da venda no mercado interno e sobre a operação de importação de sulfato de zinco para medicamentos utilizados em nutrição parenteral,	09/04/2020	Até 30 de setembro de 2020	Alcança os itens classificados nos códigos 3003.90.99 e 3004.90.99 da TIPI.	**Leia a íntegra do ato.**	

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DE ALGUNS TRIBUTOS INCIDENTES SOBRE OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	**Medida Provisória nº 952/2020**	Prorrogação do prazo para pagamentos da Taxa de Fiscalização de Funcionamento, da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) vencidas em 31/03/20	15/04/2020	Desde a data da publicação	Os contribuintes poderão optar pelo pagamento, em parcela única, com vencimento em 31 de agosto de 2020, ou dividir em até cinco parcelas mensais e sucessivas, com vencimento no último dia útil de cada mês, com a primeira parcela a vencer no dia 31 de agosto de 2020.	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE ORIGEM DE PRODUTOS IMPORTADOS	**Instrução Normativa RFB nº 1936/2020**	Permite a apresentação do Certificado de Origem das mercadorias importadas até 60 dias após o registro da Declaração de Importação, em caso de emergência, de estado de calamidade pública ou de pandemia	15/04/2020	Desde a data da publicação	O importador deverá apresentar declaração formulada por escrito pelo exportador informando que a operação foi realizada nos termos do acordo comercial, bem como fazer constar na Declaração de Importação termo de responsabilidade informando a relação de tributos devidos alcançados por benefício ou tratamento preferencial. O ato também inclui outros itens na lista de produtos beneficiados pelo rito simplificado de importação, tais como vitamina D3 e D2, zinco, vacina pneumocócica, tecido sintético para fabricação de máscaras, placa-mãe SBC, baterias, displays, dentre outros.	**Leia a íntegra dos atos e a lista de produtos.**	
ALÍQUOTA ZERO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE DIVERSOS PRODUTOS COMPRADOS PELO REGIME SIMPLIFICADO DE IMPORTAÇÃO	**Portaria ME nº 158/2020 Portaria ME nº 194/2020**	Reduz a zero a alíquota do imposto de importação de diversos produtos essenciais ao enfrentamento do Covid-19, que sejam importadas por meio de remessa postal ou encomenda aérea internacional no valor de até US$ 10 mil.	16/04/2020	Até 30 de setembro de 2020	A lista inclui medicamentos, equipamentos de proteção individual como luvas e máscaras e equipamentos hospitalares tais como respiradores artificiais.	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ADESÃO À TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA EXTRAORDINÁRIA	**Portaria PGFN nº 9.924/2020**	Prorroga até 30 de junho de 2020 o prazo para adesão à transação tributária extraordinária na cobrança da dívida ativa, em razão dos efeitos da pandemia do Covid-19.	16/04/2020	Até 30 de junho de 2020	Vide linha 1	**Leia a íntegra do ato.**	
AMPLIAÇÃO DA LISTA DE INSUMOS COM ALÍQUOTA ZERO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	**Resolução Camex nº 32/2020**	Inclui novos itens na lista de produtos com alíquota zero do imposto de importação.	17/04/2020	Até 30 de setembro de 2020	Inclui medicamentos como dipirona e paracetamol, equipamentos hospitalares como ultrassom para diagnóstico, kits para traqueostomia e máscaras laríngeas, além de produtos de higiene como sabões medicinais e sabonetes líquidos.	**Leia a íntegra do ato e a lista de produtos**	

AMPLIAÇÃO DA LISTA DE INSUMOS COM ALÍQUOTA ZERO DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO	**Resolução Camex nº 33/2020**	Inclui novos itens na lista de produtos com alíquota zero do imposto de importação.	30/04/2020	Até 30 de setembro de 2020	Prevê a inclusão de insumos para a produção de ventiladores pulmonares e equipamentos de uso médico-hospitalar como monitores de sinais vitais, desfibrilador e maca hospitalar.	**Leia a íntegra do ato e a lista de produtos**	
AMPLIAÇÃO DA LISTA DE INSUMOS COM DESPACHO ADUANEIRO DE IMPORTAÇÃO SIMPLIFICADO	**Instrução Normativa RFB nº 1944/2020**	Inclui novos itens na lista de produtos beneficiados pelo despacho aduaneiro de importação simplificado.	04/05/2020	Até a publicação de ato normativo do Ministério da Saúde que declare o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional	Prevê o despacho prioritário para matérias-primas destinadas a fabricação de medicamentos, além de consolidar a lista de produtos que já tinham o despacho prioritário (Vide Linha 5).	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DE PRAZOS DE PAGAMENTOS DE ALGUNS TRIBUTOS DEVIDOS NO REGIME DRAWBACK	**Medida Provisória n° 960/2020**	Prorroga os prazos de suspensão do pagamento do IPI, PIS/Cofins, PIS/Cofins-importação e do Imposto de Importação devidos por exportadoras sujeitas ao regime especial de drawback	04/05/2020	–	O ato permite que a Autoridade Fiscal prorrogue por mais um ano aqueles prazos de suspensão de pagamento que haviam sido anteriormente prorrogados por um ano e que venceriam no ano de 2020.	**Leia a íntegra do ato**	
ESTABELECIMENTO DE PROCEDIMENTOS E PRAZOS DIFERENCIADOS PARA FORMALIZAÇÃO DOS PEDIDOS E DE EXTINÇÃO DA APLICAÇÃO DOS REGIMES ADUANIEROS ESPECIAIS	**Instrução Normativa RFB n. 1947/2020**	Estabelece procedimentos e prazos diferenciados para formalização dos pedidos de aplicação e de extinção da aplicação dos regimes aduaneiros especiais enquanto durar o estado de calamidade decorrente do Covid-19	08/05/2020	Até 30 de setembro de 2020	O ato prevê que os pedidos de aplicação e extinção dos regimes aduaneiros especiais poderão ser feitos por meio do Dossiê Digital de Atendimento até o dia 30 de setembro de 2020. Ficam suspenso até a mesma data os prazos para a prática de atos processuais relativos aos regimes de admissão e de exportação temporárias de bens transportados ao amparo do "Carnê ATA". Os beneficiários do regime terão até o dia 30 de outubro de 2020 para tomarem as providências necessárias para regularização da situação dos bens no País, inclusive a emissão e a validação do "Carnê ATA" de substituição.	**Leia a íntegra do ato**	
PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS	**Portaria ME nº 201/2020**	Prorroga os prazos de vencimento de parcelas mensais relativas aos programas de parcelamento administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em decorrência da pandemia da doença causada pelo Covid-19	12/05/2020	–	As parcelas com vencimento em maio de 2020 poderão ser pagas até o último dia útil do mês de agosto de 2020, as parcelas com vencimento em junho de 2020 poderão ser pagas até o último dia útil de outubro de 2020, e as prestações que venceriam em julho de 2020 poderão ser pagas até o último dia útil do mês de dezembro de 2020. A referida prorrogação não afasta a incidência de juros legalmente previstos para cada modalidade de parcelamento.	**Leia a íntegra do ato.**	

PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO DAS PARCELAS DE PARCELAMENTOS REFERENTES AO SIMPLES NACIONAL	**Resolução CGSN nº 155, de 15 de maio de 2020**	Prorroga as datas de vencimento das parcelas mensais relativas aos parcelamentos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, dos tributos apurados no âmbito do Simples Nacional	18/05/2020	–	As datas de vencimento ficam prorrogadas até o último dia útil do mês de agosto de 2020, para as parcelas com vencimento em maio de 2020; de outubro de 2020, para as parcelas com vencimento em junho de 2020; e de dezembro de 2020, para as parcelas com vencimento em julho de 2020.	**Leia a íntegra do ato.**	
ALÍQUOTA ZERO DO IPI PARA TERMÔMETRO DIGITAL	**Decreto nº 10.352/2020**	Reduz a zero a alíquota do IPI incidente sobre o termômetro digital classificado no código 9025.19.90 da	19/05/2020	Até 30 de setembro de 2020	–	**Leia a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DA SUSPENSÃO DOS PRAZOS ADMINISTRATIVOS	**Portaria PGFN n. 13.338/2020**	Altera a Portaria nº 7.821/2020 para prorrogar a suspensão de alguns prazos administrativos até o dia 30 de junho de 2020	09/06/2020	Até 30 de junho de 2020	O ato dispõe sobre os seguintes prazos: (i)O prazo para impugnação e o prazo para recurso de decisão proferida no âmbito do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade (artigos 3º e 6º da Portaria n. 948/ 2017); (ii)O prazo para apresentação de manifestação de inconformidade e o prazo para recurso contra a decisão que a apreciar no âmbito do processo de exclusão do Programa Especial de Regularização Tributária (artigo 18 da Portaria n. 690/ 2017); (iii)O prazo para oferta antecipada de garantia em execução fiscal, o prazo apresentação de Pedido de Revisão de Dívida Inscrita e o prazo para recurso contra a decisão que o	**Leia a íntegra do ato**	
PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO PIS/COFINS, CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, FUNRURAL E CPRB	**Portaria ME n. 245/2020**	Prorroga o prazo de recolhimento das contribuições previdenciárias (artigos 22, 22-A e 24 da Lei nº 8.212/1991), da contribuição para o PIS e Cofins, do Funrural (25 da Lei nº 8.212/1991 e da Lei nº 8.870/1994) e da CPRB (art. 7 e 8 da Lei nº 12.546/2011).	17/06/2020	–	O ato prevê que os pagamentos das competências relativas a maio de 2020 deverão ser pagas no prazo de vencimento das contribuições devidas na competência outubro de 2020.	**Leia a íntegra do ato**	
TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA EXCEPCIONAL	**Portaria PGFN n. 14.402/2020**	Estabelece condições para realização da transação excepcional na cobrança da dívida ativa da União, em razão dos efeitos da pandemia causada pelo Covid-19	17/06/2020	29/12/2020	Benefícios: possibilidade de pagamento dos débitos tributários considerados irrecuperáveis ou de difícil recuperação com com redução de até 100% do valor dos juros, das multas e dos encargos-legais em até 72 parcelas mensais e sucessivas para pessoas jurídicas; crédito relativo à contribuição previdenciária patronal, o prazo de parcelamento poderá ser de até 48 meses.	**Leia aqui a íntegra do ato.**	

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ADESÃO À TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA EXTRAORDINÁRIA E DA SUSPENSÃO DOS PRAZOS ADMINISTRATIVOS	**Portaria PGFN n. 15.413/2020**	Prorroga o prazo para a adesão à Transação Tributária Extraordinária e a suspensão de alguns prazos administrativos até o dia 31 de julho de 2020	01/07/2020	31/07/2020	Vide Portaria nº 9.924/2020 e Portaria PGFN n. 7.821/2020 (linha 3 e 11).	**Leia aqui a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DA REDUÇÃO DO IOF SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**Decreto n. 10.414/2020**	Prorroga a redução a zero da alíquota do IOF incidente sobre operações de crédito pelo prazo de 90 dias	03/07/2020	02/10/2020	Vide Decreto 10.305/2020 (linha 16). Dentre as operações alcançadas pelo benefício estão o financiamento para aquisição de imóveis não residenciais, os empréstimos, sob qualquer modalidade e as operações de mútuo para pessoas físicas e jurídicas. O ato também zera a alíquota adicional do IOF de 0,38% para operações de crédito mencionadas no § 5º do art. 8º do Decreto nº 6306/2007 (Regulamento do IOF), contratadas no mesmo período.	**Leia aqui a íntegra do ato.**	
PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DA CND E DA CPEND	**Portaria Conjunta PGFN/RFB n. 1178/2020**	Prorroga a validade das certidões negativas de débitos fiscais por 30 dias	14 de julho 2020	14/08/2020	A prorrogação somente se aplica às certidões válidas na data da publicação do ato.	**Leia aqui a íntegra do ato.**	